



Fontes e Pluralidade na Revista Veja: Criminalidade, Violência e Segurança Pública¹

Paula Milano Sória²

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS

Resumo

Resultado de dissertação de mestrado, o presente trabalho apresenta uma análise da cobertura de criminalidade, violência e segurança pública no Brasil realizada pela revista Veja entre os dias 14 de fevereiro de 2007 e 6 de fevereiro de 2008. A data de início tem como marco o assassinato do menino João Hélio Fernandes. O objetivo é analisar o modo como Veja deu espaço as mais diversas fontes e se a recorrência a essas fontes se deu de maneira plural. O estudo aplicou o método da Análise de Conteúdo em um corpus de 29 reportagens com chamada de capa, selecionadas em 51 edições, segundo as categorias de análise formuladas.

Palavras-Chave: Criminalidade; violência; segurança pública; fontes jornalísticas; revista Veja.

Introdução

Temas relacionados à criminalidade, à violência e à segurança pública estão cada vez mais presentes no cotidiano da sociedade. Como uma das principais formadoras de opinião, a mídia veicula aquilo que acredita ser importante ou interessante ser discutido e acaba por influenciar na maneira como leitores, ouvintes e telespectadores irão pensar e opinar sobre determinado assunto.

A revista Veja, objeto de estudo da pesquisa que originou este artigo, foi escolhida por conter elementos que caracterizam o jornalismo, resgatar fatos que fizeram parte do noticiário semanal e ser uma revista de conhecida influência no campo social. Além disso, Veja é a revista de informação semanal brasileira com o maior número de edições comercializadas – cerca de 1,3 milhão –, é a que mais tempo está em circulação no País – desde 1968, ininterruptamente, e constitui-se como uma empresa de

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul e realizado de 17 a 19 de maio de 2010.

² Jornalista graduada pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel) (2003), especialista em Estudos do Jornalismo pelo CCE-UFSC (2005) e mestre em Comunicação e Informação pelo PPGCOM-UFRGS (2009). Editora de Geral, Esportes, Internacional e do Jornal da Lei do Jornal do Comércio de Porto Alegre. E-mail: paulamilanosoria@yahoo.com.br.



comunicação, obedecendo às condições de mercado e às necessidades de se seguir as tendências impostas por ele.

Devido ao histórico de *Veja*, optamos por promover a análise sobre criminalidade, violência e segurança pública nesta revista. O período de um ano foi selecionado desde o assassinato do menino João Hélio Fernandes, ocorrido na noite de 7 de fevereiro de 2007. A data é apenas um marco e foi escolhida devido à repercussão gerada pelo crime a cerca das três temáticas.

Nas 51 edições publicadas entre 14 de fevereiro de 2007 a 6 de fevereiro de 2008, identificamos um corpus de 93 textos relacionados às temáticas, dos quais analisamos um recorte formado por 29 reportagens com chamada de capa, em 24 publicações. O critério seguiu a premissa de que a capa de uma revista, articulando texto e imagem, é a “atração” para o seu conteúdo, uma vez que essas matérias são as que têm maior visibilidade para o leitor. A capa, como diz o jornalista Thomaz Souto Corrêa (apud SCALZO, 2008, p.62), “é feita para vender revista”.

Partindo do pressuposto de que dentro do campo jornalístico as fontes são legitimadoras de um fato, buscamos responder ao seguinte problema de pesquisa: em sua prática jornalística, a revista *Veja* procura ser plural em relação as mais diversas fontes quando o tema da matéria é violência, criminalidade e/ou segurança pública?

A apreciação do material se deu por meio da técnica da Análise de Conteúdo (AC). Estabelecemos categorias como Temática e Fonte, nas quais buscamos produzir um diagnóstico de *Veja* na abordagem das três temáticas e procuramos identificar as pluralidades de fontes na cobertura.

Mídia e Sociedade - Criminalidade, Violência e Segurança Pública

As reportagens publicadas em *Veja* são o resultado de decisões tomadas durante a semana. Ao ir para uma pauta, o repórter tem em mente fatos relacionados ao tema e a orientação do editor para a confecção da matéria. Por parte do editor, a própria escolha do que é ou não um fato já pressupõe um julgamento do que é importante ou interessante. Ao repórter, cabe a tarefa de escrever um texto com base naquilo que presenciou ou reuniu durante a captação das informações, o que é feito com uma determinada percepção do acontecimento. Podemos dizer, nesse caso, que as palavras redigidas pelo repórter são o produto de sua idéia, de sua concepção.



No entanto, é importante perceber que apesar do que foi redigido, a tarefa do editor está intrinsecamente ligada às ideologias do meio para o qual trabalha. Dessa forma, mesmo que um texto não esteja adequado em um primeiro momento, acaba por se enquadrar na mão do editor. “Entre o fato e a versão jornalística que se divulga, há todo um processo de percepção e interpretação que é a essência da atividade do jornalista” (LAGE, 2006, p.53). Dessa maneira, podemos dizer que o conteúdo jornalístico que chega aos leitores é resultado de uma seleção de parte do real.

Dentro do campo jornalístico, a importância das fontes de informação é indiscutível para a construção de um texto com credibilidade. Inserido na sua rotina de trabalho, o jornalista segue uma série de passos na sua tarefa de tecer um texto. Para Molotch e Lester, citados pelo pesquisador português Rogério Santos (1997, p.24-25), destacam-se o papel da fonte como promotora de notícias, segundo as circunstâncias que tornam os acontecimentos públicos: a rotina, o acidente, o acontecimento e o acaso. Traquina (1993) lembra que as fontes precisam provar sua credibilidade, uma vez que não são desinteressadas, e que quanto mais gabaritada a posição do informante, mais crédito terá o que está sendo dito por ele.

Revistas e jornais tiveram que modificar suas estruturas de operação nos últimos vinte anos para levar aos leitores uma óptica diferente daquilo que já é veiculado minuto a minuto, a cada dia, pelos meios eletrônicos. Dentro desse contexto, procuramos esclarecer de forma concisa os conceitos de criminalidade, violência e segurança pública que seguiremos para classificação e apreciação das matérias. Mesmo que invariavelmente os temas relativos às três temáticas se entrecruzem em uma reportagem, optamos pelo enquadramento de cada texto em apenas uma classificação com base naquela temática que se sobressai e de acordo com a conceituação de autores das áreas do Direito Penal, da Sociologia e da Comunicação.

Em relação à criminalidade, tomamos como conceito aquele que nasce da dicotomia formada pelo crime/criminoso, ou seja, está ligado a ações relacionadas ao desrespeito das leis, com exceção da contravenção (GUIMARÃES, 1999). Definimos violência como um dispositivo de excesso de poder, uma prática disciplinar que produz um dano social; aquela que gera danos físicos ou mentais em graus variáveis, levando inclusive à morte (TAVARES DOS SANTOS, DIDONET E SIMON, 1998). Na análise das matérias sobre segurança pública, tomamos como base as ações do Estado, em suas múltiplas esferas e poderes, na sua maneira de abordar os temas criminalidade e violência. Além disso, serão classificados como segurança pública, os textos que



tiverem como tema principal políticas públicas de combate à violência, matérias referentes à segurança nacional, à falência da Justiça e do Estado em sua função reguladora (ALVES, 2008)³.

A idéia da pesquisa é que o discurso de Veja, “[...] mais do que representar os interesses da revista ou a expectativa de um público leitor, tem um funcionamento que lhe é próprio, possibilitando a emergência de significações [...] que não a percebida na linearidade do texto especificamente” (NASCIMENTO, 2002, p.13).

Os 12 meses selecionados para o recorte da análise nos faz entender que a revista faz escolhas tendo em vista seu público leitor, predominantemente de classe média, conforme a Tabela Geral dos Leitores Abril, em pesquisa elaborada pela Estudos Marplan, de janeiro a dezembro de 2007. Os dados, publicados no site da Editora Abril⁴, indicam que 34% desse público pertencente à classe A, 39% à B, e 20% à C.

Na catalogação das fontes dos 29 textos com chamada de capa, constatamos as diferentes abordagens dadas por Veja aos crimes cometidos pelas classes A, B e C. Mendonça (2002, p.28) destaca que “[...] o equívoco da transparência da linguagem e o esquecimento de que a verdade é sempre produzida vão estar sempre presentes, lado a lado, na constituição do discurso jornalístico”. Para o autor, todo o discurso é ideológico, não em virtude da ocultação da realidade, mas sim do que ele chama de “processo inconsciente de interpelação” (Ibidem).

Dois grandes exemplos de casos relacionados às temáticas criminalidade, violência e segurança pública que tiveram ampla repercussão e já foram analisados em nível acadêmico são os casos Escola Base (ALEX RIBEIRO, 2000)⁵ e Bar Bodega (LUÍS NASSIF, 2003)⁶. Em ambos, ficou constatado que a imprensa cometeu exageros

³ ALVES, Jairo de Lima. **Conceito de Segurança Pública**. Disponível em <<http://pt.shvoong.com/humanities/1766846-conceito-seguran%C3%A7a-p%C3%ABblica/>>. Acesso em 31 de março de 2010.

⁴ Disponível em <http://publicidade.abril.com.br/geral_perfil_leitor.php>. Acesso em 28 de março de 2008.

⁵ O Caso Escola Base ganhou notoriedade em abril de 1994, quando alguns pais denunciaram à polícia a prática de abuso sexual de alunos por proprietários e funcionários da instituição. Jornais e emissoras de televisão não apenas acolheram indícios mal sustentados como ampliaram as dimensões das denúncias, tornando-as verdades absolutas. Os resultados dessa atitude não tardaram a acontecer. As sete pessoas envolvidas tiveram o patrimônio depredado, a liberdade privada e a credibilidade destruída. A Justiça absolveu os acusados. A imprensa, que alardeou as acusações e deu pouco espaço aos suspeitos, pediu desculpas ao perceber os equívocos, mas era tarde. Uma parcela da população sustentará para sempre que aqueles suspeitos são realmente os culpados pelos abusos.

⁶ O Caso do Bar Bodega ocorreu em agosto de 1996, em São Paulo, quando bandidos entraram em um bar, freqüentado por jovens de classe média, e mataram a tiros um dentista e uma estudante. O incidente provocou comoção popular e, estimulada pela imprensa, a população deu início a uma campanha por Justiça. Pressionado, o delegado responsável pelo caso deteve nove suspeitos, moradores de uma favela das imediações. Depois de dois meses, a promotoria divulgou a suspeita de que os menores haviam confessado os assassinatos sob tortura e pediu que



na cobertura, especulando hipóteses sem provas e promovendo culpados e inocentes. Todas as ações dos meios de comunicação foram embaladas pela pressão popular.

Muniz Sodré (2006, p.76) argumenta que: “Não se trata, pois, de ‘informação’ enquanto transmissão de conteúdos de conhecimento, mas de produção e gestão de uma sociabilidade artificial, encenada num novo tipo de espaço público, cuja forma principal é a do espetáculo”. Peter Berger e Thomas Luckmann (2008, p.157) acreditam que a realidade é socialmente definida, mas advertem: “as definições são sempre encarnadas, isto é, indivíduos concretos e grupos de indivíduos servem como definidores da realidade”.

Comumente, as reflexões sobre os meios de comunicação centralizam-se na capacidade das instituições de desempenhar um papel na democratização das sociedades, na criação de um conjunto de medidas, com as quais os leitores se identifiquem e tomem partido, criem uma identidade nacional e cultural, e a partir disso desenvolvam o diálogo. “Por isso, dá para compreender muito da história e da cultura de um país conhecendo suas revistas. Ali, estão os hábitos, as modas, os personagens de cada período, os assuntos que mobilizaram grupos de pessoas” (SCALZO, 2008, p.16). Ou seja, é mais ou menos como argumentou o jornalista Harold Hayes (apud SCALZO, 2008, p.16) à época em que editava a revista *Esquire*: “Uma revista de sucesso tem que erigir um mito no qual seus leitores acreditem.”

De acordo com uma pesquisa sobre temas associados à violência, à criminalidade e à segurança pública realizada pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), a partir da década de 1990 houve uma mudança significativa nas publicações, principalmente em jornais impressos, com uma maior predominância de informações sobre segurança pública. Ao contrário do que vinha ocorrendo em outros anos, os noticiários do tipo “espreme que sai sangue” passaram a perder espaço, e os veículos começaram a privilegiar informações baseadas em estatísticas de homicídios, no aumento da violência entre a classe média e alta e na opinião de especialistas.

Dessa forma, as investigações desenvolvidas pelo CESeC e coordenadas pelas pesquisadoras Anabela Paiva e Silvia Ramos, no livro *Mídia e Violência* (2007), constataram que o assunto segurança pública tornou-se mais frequente nas páginas dos diários, que ainda deixa a desejar no aprofundamento crítico da discussão sobre o

fossem liberados. Para Nassif (2003), a imprensa já sabia que os primeiros suspeitos haviam confessado sob tortura, mas não divulgou uma linha sobre isso. Contentou-se em ceder aos apelos do público sem ao menos questionar.



assunto, ou seja, pecaram na falta de fontes especialistas que pudessem, de alguma forma, contribuir para um maior esclarecimento do tema que estava sendo tratado. No caso de Veja, as maiores reportagens, geralmente com chamada de capa, surgem de fontes próprias dos jornalistas.

As fontes de informação

Tradicionalmente, as reflexões sobre o que deve ou não ser publicado centralizam-se na política editorial do veículo. Cada meio de comunicação, como a revista semanal privilegiada nesta pesquisa, segue uma tendência política, econômica e social, que é traçada em um primeiro momento em seu lançamento e, posteriormente, no decorrer de sua história. Sendo, então, a mídia, difusora de verdades e objetividades – ao descrever o fato assim como ele se deu –, e de mentiras e subjetividades, e mediadora entre o fato e seus leitores – capaz de mudar opiniões e criar heróis e vilões da noite para o dia –, surgem questões que nos levam a questionar a maneira pela qual Veja reproduz os fatos relativos à criminalidade, à violência e à segurança pública.

Vários autores já abordaram a relação entre jornalistas e fontes. Para Lage (2006), as fontes oficiais são consideradas as mais confiáveis para embasar um texto jornalístico. Mas, mesmo assim, o autor sustenta que elas falseiam a realidade para preservar interesses e beneficiar pessoas e grupos.

Comumente – e isso não é considerado aético –, sonegam informações de que efetivamente dispõem (o segredo de estado, os dados confidenciais ou reservados, constituem uma categoria que costuma expandir-se além do justificável), destacam aspectos da realidade que convém às instituições (preferindo, por exemplo, números relativos a absolutos, ou o contrário), alegam dificuldades inexistentes para desestimular quem procura informar-se. Funcionários mentem também por desleixo e preguiça, por vaidade (para fingir que são bem informados) e para se livrar do repórter chato (Idem, p.64).

Para Santos (1997, p.29), existe uma preferência dos meios de comunicação pelas declarações dos “porta-vozes oficiais”. Trata-se de uma hierarquia da credibilidade, na qual os mais poderosos ou com estatuto social mais elevado terão as suas definições mais bem aceitas, mesmo nos temas mais controversos.

Segundo Francisco Karam (1997), para que a informação jornalística seja exata, imparcial e tenha responsabilidade social, o jornalista precisa ir além de poucas declarações ou documentos parciais, revelando aquilo que atinge o público no cotidiano.



Mas o jornalista, de acordo com Daniel Cornu (1998), não tem meios para brincar de polícia e nem é a sua missão. Sua margem de manobra quando a atenção é atraída para um fato crítico seria investigar por conta própria, mas “os jornalistas estão simplesmente desprovidos das armas capazes de lhes trazer provas blindadas, irrefragáveis” (Idem, p.79).

Entretantes, a relação que se estabelece entre jornalistas e fontes pode tornar-se complicada devido a dois pontos. Primeiro porque não há regras e a fonte pode querer controlar o que o jornalista escreve, dando a ele somente as informações que lhe interessam. Em segundo lugar, é premissa jornalística a inclusão de fontes nos textos e o jornalista pode acabar falseando a realidade por confiar na fonte em questão. Jorge Pedro Sousa (2005, p.49) diz que “[...] as informações que uma fonte disponibiliza ao jornalista devem ser enquadradas e tratadas sem adulteração, mas também devem ser, por princípio, verificadas”.

Em muitos casos, o jornalista fica subordinado aos canais de rotina. Institucionaliza e valida como normal a dependência às fontes autorizadas com medo de não encontrar substitutas e de cessar o fluxo de matéria-prima para o seu trabalho. Em consequência, a utilização rotineira dessas fontes facilita a manipulação do fato, fortalecendo a relação entre imprensa e Estado. Mas não são apenas as fontes oficiais que compõem um texto jornalístico e que são capazes de fornecer informações relevantes. “Para além das fontes oficiais, os jornalistas necessitam de outras fontes, que fornecem ângulos diferentes às histórias e levam a construção de notícias escandalosas e dramáticas” (SANTOS apud DARDE, 2006, p.63).

As temáticas em Veja: análise do corpus

No estudo de Veja, procuramos mostrar a pluralidade das fontes nas matérias de criminalidade, violência e segurança pública. Nas 51 edições analisadas, agrupamos o material empírico nessas três grandes temáticas. Em um primeiro momento, identificamos e classificamos os 93 textos. Em um segundo momento, promovemos a análise dos 29 textos que tiveram chamada de capa. A definição do corpus se deu a partir da idéia de analisar a pluralidade das fontes de informação nas matérias que tiveram manchete e que atendem às características das temáticas.



Para a elaboração da pesquisa, utilizamos como procedimento metodológico a Análise de Conteúdo (AC)⁷. A ferramenta é uma das técnicas metodológicas mais usadas atualmente nas diferentes ciências humanas e sociais para produzir inferências, trabalhar com vestígios e índices colocados em evidência por meio da exploração de material.

A AC é essencialmente uma operação de codificação capaz de medir a frequência com que um assunto aparece em um texto (neste caso, o jornalístico), na forma e conteúdo, com base em critérios pré-estabelecidos pelo pesquisador. De acordo com Bauer e Gaskell (2002, p.190), “no divisor quantidade/qualidade das ciências sociais, a Análise de Conteúdo é uma técnica híbrida que pode mediar esta improdutiva discussão sobre virtudes e métodos”. Heloiza Herscovitz (2007, p.133) destaca que “a definição das unidades de registro é um dos passos cruciais do processo de codificação dos textos”, as quais são determinadas a partir do tema de pesquisa:

Muito utilizadas em análises de conteúdo são as técnicas de amostragem não-aleatórias, empregadas quando não se tem acesso a toda a população do estudo ou quando se trabalha com populações menores, como, por exemplo, algumas edições específicas de publicações que tratam da cobertura de um tema registrado em período também específico, ou para estudos comparativos como o tratamento de um tema em determinados veículos em épocas distintas ou não (HERSCOVITZ, 2007, p.131).

Para a elaboração das categorias de AC referentes às fontes optamos pela utilização dos critérios estabelecidos por Lage (2006, p. 65-68), que as divide em: Oficiais, Oficiosas e Independentes⁸/ Primárias e Secundárias/ Testemunhas e *Experts*⁹. As fontes Primárias e Secundárias foram excluídas da análise devido a não-possibilidade de serem apreciadas com a utilização da AC, uma vez que seria necessário ter acesso ao pré-material em que o jornalista se baseou para colher o essencial para a construção da matéria.

⁷ Descrita como uma técnica objetiva por diferentes autores como Martin Bauer e George Gaskell (2002), Earl Babbie (1989), Laurence Bardin (2004), Albert Kientz (1973) e Heloiza Herscovitz (2007), a AC exige uma definição precisa das categorias que serão analisadas, pois é considerada uma técnica para o tratamento de dados que visa a identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema.

⁸ As oficiais são aquelas mantidas pelo Estado e por instituições que preservam algum poder de Estado ou por empresas e organizações como sindicatos ou associações. As oficiosas são ligadas a uma entidade ou indivíduo, porém não-autorizadas a falar em nome dela. As Independentes são aquelas desvinculadas de uma relação de poder.

⁹ As primeiras são pessoas que participaram como testemunha ocular ou foram os próprios atores do acontecimento. O ideal é cruzar as informações de no mínimo três pessoas e tirar disso o que há em comum. Os *Experts*, por sua vez, são fontes secundárias procuradas para interpretar, explicar ou opinar sobre a ocorrência de um evento. São os especialistas que, com seu conhecimento, costumam costurar as informações já obtidas.



Diante do estabelecido, a classificação ficou dividida em:

- Nível 1 - Oficiais, Oficiosas e Independentes
- Nível 2 - Testemunhas e Experts

Todas as fontes que surgem nos 29 textos foram enquadradas em itens tanto do Nível 1, quanto do Nível 2. Eventualmente, no Nível 2 a fonte será classificada como não-específica (aquelas em que não é possível identificar claramente a fonte de informação).

As temáticas das matérias com chamada de capa foram esboçadas na Tabela 1. Das 51 edições, selecionamos 24 que tiveram como manchete principal ou secundárias matérias que se enquadram na pesquisa, o que representa 47% do universo analisado. Nestas 24 edições, selecionamos 29 reportagens, das quais 17 pertencem à temática criminalidade (58,62%), uma se enquadra na temática violência (3,44%). Dos textos correspondentes à segurança pública, 11 mereceram destaque na capa de Veja (37,93%).

Tabela 1: Total de textos com chamada de capa por temática

| TEMÁTICA | TOTAL COM CHAMADA DE CAPA | % |
|--------------------------------|---------------------------|-------|
| TEMÁTICA 1 – Criminalidade | 17 | 58,62 |
| TEMÁTICA 2 – Violência | 01 | 3,44 |
| TEMÁTICA 3 – Segurança pública | 11 | 37,93 |

Apreciação das fontes

Nos 29 textos analisados foram identificadas 118 referências, divididas nos níveis conforme as Tabelas 2 e 3. De acordo com os critérios de fontes que estabelecemos para esta pesquisa, com base em Lage (2006), podemos avaliar que a maioria das fontes utilizadas por Veja são do tipo Oficial, em relação ao Nível 1, e *Expert*, em relação ao Nível 2.

Constatamos, dessa forma, a predominância das fontes Oficiais, com 65,25% de ocorrências. Em seguida, vem as fontes *Expert*, com 56,8%, e as fontes que não se enquadram em nenhuma categoria (22%). As fontes do tipo Testemunha representam 21,2%, em quarto lugar; as Independentes, 19,5%, e, com a menor incidência, as Oficiosas (15,25%).



Tabela 2: Total de fontes Nível 1

| | | |
|--------------|------------|-------------|
| OFICIAL | 77 | 65,25% |
| OFICIOSA | 18 | 15,25% |
| INDEPENDENTE | 23 | 19,5% |
| TOTAL | 118 | 100% |

Tabela 3: Total de fontes Nível 2

| | | |
|----------------|------------|-------------|
| TESTEMUNHA | 25 | 21,2% |
| EXPERT | 67 | 56,8% |
| NÃO-ESPECÍFICA | 26 | 22% |
| TOTAL | 118 | 100% |

O cruzamento de dados também nos dá uma dimensão da intersecção de fontes de Nível 1 e Nível 2. Das 77 referências a fontes Oficiais, 65% (50 citações) também são *Experts*. Dessa forma, podemos inferir que a maioria das fontes Oficiais é especialista na sua área. Como exemplo, citamos uma fonte da reportagem de capa de *Veja* de 21 de fevereiro de 2007, que aborda o golpe do disque-sequestro. O delegado da Divisão Anti-Sequestro da Polícia Civil de São Paulo, Wagner Giudice, acredita que as informações que os bandidos precisam saber para dar início à chantagem são fornecidas pelas próprias vítimas no início da ligação. Ele fala em nome da instituição Polícia Civil, mas também é um *expert* na área de sequestros.

Ainda em relação às fontes Oficiais, consideramos que 23 referências (29,8%), não se enquadram nas características de Nível 2 e, portanto, são Não-específicas. Dentre as fontes Oficiais que também são Testemunhas, destacamos quatro citações (5,2%). Já das 18 referências a fontes Oficiosas, dez menções (55,5%) também se referem a fontes do tipo Testemunha. Em apenas duas ocasiões (8,7%), não foi possível especificar como se enquadravam, em Nível 2, as fontes.

Cinco referências (27,8%) são consideradas, além de oficiosas, *Experts*. No dia 11 de abril, *Veja* abordou na capa o tema meio ambiente. No entanto, há, na parte superior, duas manchetes secundárias. “Pilotos em pânico – ‘Voar no Brasil ficou mais perigosos do que na África’”, se refere à matéria que analisamos. A reportagem aborda o ponto de vista de especialistas na área, como um ex-comandante da Varig que atualmente atua em outra companhia. A fonte é Oficiosa porque não teve seu nome e a empresa para a qual trabalha divulgados. No entanto, fala como *expert* em aviação.

Das 23 fontes Independentes, 11 (47,8%) também são avaliadas como Testemunhas. Desvinculadas de qualquer dependência com empresas privadas ou



públicas, associações, clubes etc, as fontes Independentes mostram que podem falar sem comprometer algo maior. Como exemplo, apontamos o antigo dono do grupo O Jornal, Nazário Ramos Pimental, citado na matéria vinculada à capa de 8 de agosto de 2007. A reportagem aborda, principalmente, os “laranjas” usados pelo então presidente do Congresso, senador Renan Calheiros, para comprar veículos de comunicação em Alagoas com o intuito de reverter sua péssima imagem, difundida por seu antigo aliado, o ex-presidente Fernando Collor, e candidatar-se ao governo do estado.

As fontes Independentes também apresentam um número grande de *Experts* relacionados. São dez citações (43,5%), em 23 ocasiões. Na capa de 17 de outubro de 2007, Veja utiliza como gancho o filme Tropa de Elite para veicular uma matéria especial sobre a segurança pública no Brasil. A matéria traz um exemplo do que consideramos como Independentes e *Experts*: Leonardo Barreto, ex-tenente do Exército, que já fez cursos com polícias especializadas nos EUA, Israel, Itália e Espanha. Ele não está ligado a nenhum tipo de instituição, fala por si, mas do lugar de quem entende sobre o que está falando, o Batalhão de Operações Especiais.

Análise da pluralidade

Os repórteres que cobrem criminalidade preferem as fontes oficiais. Essa afirmação serve para ilustrar a dependência dos repórteres em relação às fontes oficiais. No entanto, o jornalista deve sempre checar as informações e cruzá-las com a de outras fontes. É seu papel duvidar sempre e tornar o texto o mais plural possível.

Para o autor norte-americano Herbert Gans (apud WOLF, 2003), as fontes possuem valores distintos e variáveis e os jornalistas observam os seguintes aspectos na escolha delas: a) a oportunidade antecipadamente revelada; b) a produtividade (significa a prevalência de fontes institucionais, por fornecerem material suficiente para fazer a notícia); c) a credibilidade; d) a garantia; e e) a respeitabilidade.

Retomando nosso problema de pesquisa, buscamos responder se Veja procura ser plural em relação às fontes quando o tema da matéria é violência, criminalidade e/ou segurança pública. Como resultado, constatamos que Veja não foi plural na utilização das fontes, uma vez que as Oficiais (65,25%) e as *Experts* (56,8%) foram as mais procuradas.

Como exemplo da falta de pluralidade de fontes, podemos citar a retranca da matéria principal sobre o assassinato de João Hélio Fernandes, veiculada no dia 21 de



fevereiro. Na abordagem do tema classe social, Veja faz prevalecer o ponto de vista da classe média, uma vez que mesmo tendo a oportunidade de estudar, de viver em uma família estruturada e religiosa, um dos acusados pelo crime passou a cometer atitudes ilícitas. Isso fica mais evidente quando percebemos que “O outro lado”, o lado de quem vive no subúrbio, não foi mencionado. Veja não recorreu a fontes que pudessem dar opinião sobre o fato.

Em quase todas as matérias em que aborda a criminalidade, notamos a referência de Veja a questões políticas e, em especial, ao governo Lula. A revista deixa clara sua identificação com outra ideologia e expõe, através da abordagem sistemática da criminalidade política, sua preferência de que outro grupo estivesse exercendo o poder. Além disso, nas matérias de “ataque ao governo” traz, em diversas ocasiões, citações que não foram concedidas em entrevista ao repórter, mas que foram “ditas” ao longo da semana. Isso deixa transparecer, uma falta de compromisso com as fontes Oficiais ligadas ao governo Lula.

Em relação às temáticas, identificamos apenas um texto relativo à violência na capa de 14 de fevereiro de 2007, referente justamente ao caso que deu início a este trabalho: o assassinato de João Hélio Fernandes. Foram citadas quatro tipos de fontes: Oficial e Independente, em Nível 1, e Testemunha e *Expert*, em Nível 2. Veja conseguiu reunir diferentes aspectos da noite do crime e trazer para os seus leitores informações de quem presenciou as cenas e participou das prisões aos assassinos. Também expôs a fala do pai de um dos acusados e de especialistas.

Considerações finais

A escolha por realizar esta pesquisa se deu em razão, primeiramente, pela predileção por temas relacionados à editoria de polícia. Como em revistas esse enquadramento não é realizado por editoria, criamos uma maneira de abordá-lo levando em conta as características do meio. Na preparação do material, percebemos que a revista aborda o assunto “polícia” de maneira mais ampla e optamos por dividi-lo em três temáticas: criminalidade, violência e segurança pública. É claro que não deixamos de levar em conta que Veja é voltada para o público de classe média, mas, da mesma forma, não deixamos de estabelecer uma crítica diante do que foi apreciado.

Em 12 meses, encontramos 93 reportagens e apenas um texto sobre violência com chamada de capa, que foi exatamente o que deu início a esta pesquisa: o



assassinato de João Hélio Fernandes. Em relação à abordagem de segurança pública, 11 textos tiveram manchete. A criminalidade foi chamada de capa em 17 ocasiões, prevalecendo os temas de abordagem política, como desvio de verbas públicas, fraude, lobby¹⁰ associado a favorecimentos pessoais, entre outros. Dessa forma chegamos a 29 reportagens com chamada de capa em 24 edições. Restringimos-nos a identificar as fontes presentes nesses textos e encontramos 118 inferências.

Cabe ressaltar que iniciamos a pesquisa sem uma hipótese prévia, não estando ela apregoada nem explícita nem implicitamente no decorrer do trabalho. Não existiu a preocupação em comprovar nada. A pesquisa foi totalmente investigativa e exploratória. Diante disso, procuramos ter o maior rigor científico possível no sentido de apurar a recorrência de Veja às fontes, utilizando como método a AC, e tendo como base teórica a classificação de fontes de Lage (2006). Destarte, chegamos às conclusões e observações que se seguem.

Um dos assuntos mais recorrentes em Veja nos 12 meses de análise é em relação à política. Aparentemente, o tema não tem nenhuma analogia com o problema de pesquisa, mas, durante a apreciação do material revelou-se como um rico campo de assuntos referentes à criminalidade e à segurança pública. Em algumas matérias no ano de 2007, as quais têm como foco questões políticas, são feitas referências a crimes como peculato, sonegação fiscal, desvio de dinheiro público, suborno etc.

Também constatamos que a revista utiliza muitas vezes palavras e expressões com a finalidade de destacar (atribuir importância) ou rebaixar (minimizar) determinadas situações para melhor expressar o que acredita ser a melhor versão de um fato. Dentro desse contexto, percebemos que a abordagem das práticas governamentais relativas à repressão à criminalidade possui estreita ligação com o modo como as reportagens jornalísticas de segurança são elaboradas por Veja.

As idéias da política de tolerância zero, de criminalização da miséria, da dessocialização das causas da criminalidade, da redução da maioria penal, do recrudescimento do combate às drogas, do aprisionamento em massa, entre outras, são abordadas com frequência durante os 12 meses. Estas idéias ganham a maior parte de seus adeptos nas classes médias e altas. Os pobres, vítimas das desigualdades sociais, se

¹⁰ Como exemplo: grupo de pressão na esfera política; grupo de pessoas ou organizações que tentam influenciar, aberta ou secretamente, as decisões do poder público em favor de seus interesses. O lobby não é crime, mas pode acarretar graves desequilíbrios na representação política. No entanto, apesar de não ser crime, muitas dessas tentativas de pressão por parte de lobistas acabam tendo como consequência crimes como, por exemplo, contra a economia popular – desvio de dinheiro público.



tornam culpados pela violência urbana gerada em razão dessas desigualdades, ou seja, são considerados culpados por serem vítimas. As ações de segurança pública são divulgadas de dentro dos aparatos policiais, sendo a fonte Oficial única voz. A violência e a criminalidade são, geralmente, ocorrências de um mesmo fenômeno.

Como decorrência de tudo que foi feito ao longo deste trabalho, é possível afirmar que em relação às reportagens de criminalidade, violência e segurança pública, Veja recorre predominantemente a fontes do tipo Oficial e *Expert*. É importante afirmar que este estudo trata-se de uma contribuição às análises das veiculações jornalísticas relacionadas às temáticas, não possuindo, portanto, um caráter conclusivo. Pretendemos, desse modo, que se abram outras investigações a respeito do assunto, que visem a complementar a esta e a outras pesquisas realizadas anteriormente.

Referências bibliográficas

BABBIE, Earl. **The Practice of Social Research**. Belmont, California: Wadsworth, 1989.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

BERGER, P. L.; LUCKMAN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

CORNU, Daniel. **Ética da Informação**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1998.

DARDE, Vicente. **As vozes da Aids na imprensa: Um estudo das fontes de informação dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo***. 2006. 186 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul [2006].

GUIMARÃES, Deocleciano Torrieri. **Dicionário Técnico Jurídico**. São Paulo: Rideel, 1999.

HERSCOVITZ; Heloiza. **Análise de Conteúdo em Jornalismo**. In: BENETTI, Márcia; LAGO, Cláudia. **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

KARAM, Francisco. **Jornalismo, Ética e Liberdade**. São Paulo: Summus Editorial, 1997.



KIENTZ, Albert. **Análise de Conteúdo**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

MENDONÇA, Kleber. **A punição pela audiência: um estudo do Linha Direta**. Rio de Janeiro: Quartet Editora, 2002.

NASCIMENTO, Patrícia Ceolin. **Jornalismo em revista no Brasil: um estudo das construções discursivas em *Veja* e *Manchete***. São Paulo: Annablume, 2002.

NASSIF, Luís. **O jornalismo dos anos 90**. São Paulo: Futura, 2003.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e Violência: tendência na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

RIBEIRO, Alex. **Caso Escola Base: os abusos da imprensa**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

SANTOS, Rogério. **A Negociação entre Jornalistas e Fontes**. Coimbra: Minerva, 1997.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. São Paulo: Contexto, 2008.

SODRÉ, Muniz. **Sociedade, Mídia e Violência**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Chapecó: Argos, 2002.

_____. **Elementos de jornalismo impresso**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2005.

TAVARES DOS SANTOS, J.V., DIDONET, B. e SIMON, C. **A palavra e o gesto emparedados: a violência na escola**. In: Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (org.), *Violência não está com nada*, Porto Alegre, 2008.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vega, 1993.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 2003.